

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).

ANC



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

As batalhas semânticas e o besteiro constitucional

"Quando uma sociedade se corrompe, a primeira coisa que gangrena é a linguagem", afirma o poeta e ensaísta mexicano Octávio Paz no post-scriptum de *O labirinto da solidão* — o brilhante livro em que analisa os vícios seculares de seu país, muito parecidos com os do nosso Brasil. Para se evitar a implosão institucional, a decadência cultural e a destruição do tecido social, diz ele, a primeira medida seria "limpar o idioma" e "extirpar o veneno da retórica oficial". Somente pela transparência — esta é sua conclusão — é que se pode chegar a uma nova realidade, livre "da cafonice enjoativa da publicidade" e das palavras "asfixiantes, nauseabundas e açucaradas" dos parasitas e cortesãos.

Transpostas para a realidade brasileira, essas palavras descrevem com uma clareza meridiana a cena do atual debate constitucional, onde — nos grupos partidários que nossa imprensa consagrou como "progressistas" e "avançados" — faltam a sensatez, a sabedoria e a disposição de servir ao País e sobram a compulsão pela demagogia, a ignorância crassa, a voracidade fisiológica e a cumplicidade ideológica. Após mais de quatro meses de funcionamento, e já encerradas as duas primeiras etapas de seu trabalho, o que é a Constituinte senão um exemplo dramático das constatações de Octávio Paz? Neste momento em que se inicia a etapa mais importante, a da sistematização dos relatórios das oito comissões temáticas, o que temos como esboço do quadro institucional em cujo âmbito a sociedade brasileira terá de se movimentar para alcançar sua maturidade política e econômica?

Embora a maioria dos constituintes venha insistindo em invocar os mais variados argumentos e os mais sonoros adjetivos para encaminhar suas fantasias constitucionais, suas supostas divergências doutrinárias não passam de simples escaramuças retóricas — e agora também pugilísticas — em torno de uma linguagem envenenada pela desorientação de idéias e gangrenada pela total desinformação sobre o que se passa fora da ilha da fantasia brasileira — especialmente no mundo moderno em que o Brasil que trabalha, empreende e produz anseia por integrar-se. Atrás das discussões e das cenas de pugilato vistas nas últimas reuniões das comissões temáticas, o que tivemos foi o velho debate entre os defensores do liberalismo político e da livre iniciativa econômica e os advogados do progressivo cerceamento da liberdade individual no plano das atividades produtivas. Não há nada que irrite mais um político "progressista" do que o sucesso individual nas atividades empresariais. E se depender do tipo de "progressista" mais encontrado entre os constituintes estatizantes, teremos um Brasil onde haverá liberdade ampla, total e irrestrita para a prática da sodomia, ativa ou passiva, mas toda sorte de restrições à criação de riquezas por meio da eficiente gestão individual de uma empresa lucrativa (afinal, além da oitava economia do mundo, também já somos o terceiro país em incidência de Aids).

Pelo que se pode ver ao final da segunda etapa da Constituinte, as propostas constantes dos relatórios finais das oito comissões temáticas resultaram num total de 500 a 600 artigos — um despropósito em matéria constitucional, já que a função de uma Carta Magna é apenas a de fornecer as diretrizes fundamentais e as normas gerais de uma ordem sócio-econômica e político-administrativa. Com sua visão da sociedade brasileira totalmente distorcida pelos preconceitos ideológicos, com que "sublimam" o próprio primarismo cultural, os constituintes estatizantes — que a imprensa chama de "progressistas" e "avançados" — deixaram-se levar pela ilusão dos textos detalhistas e específicos, os quais se cruzam e se contradizem, quando não se anulam reciprocamente, o que torna impossível para nós, aqui de fora, saber que sabor ideológico terá o produto final.

A propriedade privada, por exemplo, tradicional alvo da frente única estatizante, constituída pelos parlamentares do PT, do PDT, do PCB, do PC do B e por parte do PMDB — formada por uma minoria sinceramente convencida de que o homem só pode ser feliz sob um regime totalitário que o exima do pesado fardo da responsabilidade pessoal, e por uma maioria de profissionais da politicagem que pretende "privatizar" (no sentido de dela usufruir pessoalmente) a propriedade estatal — acabou recebendo tratamentos discrepantes nas comissões temáticas. De modo que será impossível ao relator da Comissão de Sistematização harmonizá-los num texto sem contradições e incongruências. A questão das comunicações, outro alvo predileto dos estatizantes, também foi tratada de maneira ambígua, na medida em que algumas propostas eliminam a livre iniciativa no setor enquanto outras consagram a liberdade de opinião e informação. No âmbito da ordem social, a obsessão pela "defesa dos trabalhadores" levou muitos constituintes a apresentarem sugestões que, se forem aprovadas, liquidarão com as empresas privadas e com os empregos por elas gerados, penalizando assim os supostos beneficiários dessas medidas paternalistas. Quanto à futura ordem tributária, o municipalismo e os privilégios solicitados pelas regiões atrasadas têm sido mero pretexto para a proposição de sugestões que, se postas em prática, darão um poder fantástico às oligarquias regionais ao mesmo tempo em que reduzirão a potencialidade de disseminar riquezas das regiões realmente produtivas.

Em vez de promover a necessária limpeza da legislação constitucional vigente, mediante a extinção de normas centralizadoras, estatizantes e autoritárias acumuladas ao longo destas últimas décadas, e de tratarem de reconhecer e garantir os direitos que já foram conquistados pela sociedade, muitos constituintes, especialmente os estatizantes, acabaram sendo vítimas de sua retórica "asfixiante, nauseabunda e açucarada" — para usarmos as mesmas palavras de Octávio Paz. Ao optarem pela trilha da "cafonice enjoativa da publicidade", invocando um "progressismo" que não corresponde à dinâmica efetiva de nossa sociedade, os constituintes estatizantes, acompanhados pelos fisiológicos e pelos demagogos, acenam com uma revolução que se esgota em operações semânticas, tal a exigüidade da margem de operacionalidade de suas propostas. Eles querem garantir institucionalmente a inviabilidade do País de amanhã, enquanto assistem, impassíveis, à inviabilização progressiva do País de hoje.

Por isso, apesar da flagrante vitória dos constituintes empenhados na luta pela revitalização da economia de mercado e pelo "enxugamento" do Estado de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, fundir os relatórios das oito comissões temáticas e sistematizar suas propostas num anteprojeto constitucional que se destaque pela precisão de seus termos, pela concisão de suas normas e pela objetividade de suas prescrições — como

convém a qualquer Carta Magna que se preze como um texto dotado de credibilidade e legitimidade. Os parlamentares estatizantes continuarão adotando as mesmas táticas que adotaram até agora, no decorrer dos trabalhos da Comissão de Sistematização.

A maioria liberal não deve iludir-se com as vitórias que conquistou nas duas primeiras fases. A fase decisiva começa agora.